



Bons resultados o tempo todo.

# SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.

CNPJ: 42.898.825/0001-15

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Dr. Luiz Antônio Ferreira - Conselheiro de Administração  
 Dra. Maria Inês de Miranda Lima - Conselheiro de Administração  
 Dra. Maria Virginia Furquim Werneck Marinho - Conselheiro de Administração  
 Dr. Nisio Gomes de Souza - Conselheiro de Administração  
 Dr. Reinaldo Pimenta de Pádua - Conselheiro de Administração  
 Dr. Rômulo Augusto Pinheiro - Conselheiro de Administração

**4. Política de Crédito**  
 Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidas que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,53% nos níveis de "AA" a "C".

**5. Governança Corporativa**  
 A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a votar nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balançamentos mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar estes assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda uma Gerência de Compliance e Controles Internos, subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada diretamente pelo Diretor Responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECREMEGE e SICOOB Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa. Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral. A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Centro Cooperativo Sicoob.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos, 2022, o SICOOB CREDICOM registrou o total de 229 (duzentos e vinte e nove) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente (ao cartão, Central de Cartões, Contestação de Despesas, atendimento gerente/agência, crédito/negociação e resgate do capital social). Das 188 (cento e oitenta e oito) reclamações, 83 (oitenta e três) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

### 7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

### 8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Grandes números	Milhares de reais.		
	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros, após			
Remuneração Capital Social	20,44%	90.548	75.183
Patrimônio Líquido	24,90%	768.658	615.414
Ativos	24,84%	5.475.312	4.386.029
Depósitos na Centralização Financeira	24,74%	2.056.647	1.648.748
Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	14,18%	79.982	70.049
Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	121,05%	463.920	209.873
Carteira Comercial	25,71%	2.693.030	2.142.192
Total	34,22%	3.156.950	2.352.064

### DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS - Em milhares

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>374.180</b>	<b>663.787</b>	<b>300.646</b>
Operações de Crédito	24	242.429	429.618	219.160
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	121.736	212.274	73.364
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	7.491	7.578	24
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2	2.525	14.316	8.098
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(248.366)</b>	<b>(438.114)</b>	<b>(142.280)</b>
Operações de Captação no Mercado	14.d	(204.824)	(380.232)	(116.164)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.b	(9.558)	(13.053)	(1.410)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(33.883)	(62.769)	(24.706)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>125.815</b>	<b>227.673</b>	<b>158.366</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(40.808)</b>	<b>(77.552)</b>	<b>(60.856)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26	16.224	30.318	29.276
Rendas de Tarifas	27	5.151	9.986	9.573
ISPêndios e Despesas de Pessoal	28	(33.476)	(63.768)	(53.254)
Outros ISPêndios e Despesas Administrativas	29	(31.490)	(61.490)	(53.213)
ISPêndios e Despesas Tributárias	30	(1.932)	(2.601)	(2.266)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31	8.705	17.891	14.104
Outros ISPêndios e Despesas Operacionais	32	(4.530)	(7.869)	(5.075)
<b>PROVISÕES</b>		<b>(666)</b>	<b>(1.689)</b>	<b>(1.472)</b>
Provisões/Reversões para Contingências		20	20	56
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(686)	(1.706)	(1.528)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>84.340</b>	<b>148.435</b>	<b>96.038</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>1.665</b>	<b>(1.421)</b>	<b>(1.410)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>86.005</b>	<b>150.039</b>	<b>95.917</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(161)</b>	<b>(161)</b>	<b>(12)</b>
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(92)	(92)	(6)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(68)	(68)	(6)
<b>PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS</b>		<b>(2.200)</b>	<b>(4.000)</b>	<b>(3.800)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>83.645</b>	<b>145.878</b>	<b>92.105</b>
<b>E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>(55.331)</b>	<b>(55.331)</b>	<b>(16.922)</b>
<b>JUROS AO CAPITAL</b>		<b>28.314</b>	<b>90.548</b>	<b>75.183</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>83.645</b>	<b>145.878</b>	<b>92.105</b>
<b>E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		<b>83.645</b>	<b>145.878</b>	<b>92.105</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>86.005</b>	<b>150.039</b>	<b>95.917</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(1.160)	(538)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		33.883	62.769	24.706
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		686	1.706	1.528
Provisões/Reversões Não Operacionais		72	131	131
Provisões/Reversões para Contingências		(20)	(20)	(56)
Atuação de Depósitos em Garantia		(263)	(2.601)	(234)
Depreciações e Amortizações		1.992	4.081	3.991
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>		<b>122.256</b>	<b>216.887</b>	<b>125.314</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		<b>(191.754)</b>	<b>(209.369)</b>	<b>(58)</b>
Títulos e Valores Mobiliários		85.238	305.797	(93.211)
Operações de Crédito		(613.960)	(819.222)	(502.803)
Outros Ativos Financeiros		(8.294)	(18.828)	(13.084)
Outros Ativos		(53)	(556)	(1.019)
<b>Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais</b>		<b>(873)</b>	<b>(2.951)</b>	<b>(797)</b>
Depósitos à Vista		44.527	(70.600)	106.419
Depósitos sob Aviso		919	1.269	(993)
Depósitos a Prazo		292.529	232.329	201.246
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		294.408	553.391	172.280
Relações Interfinanceiras		199.424	202.120	96.116
Outros Passivos Financeiros		6.141	3.395	(874)
Outros Passivos		1.058	1.058	838
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		4.368	3.744	1.104
Outros Passivos		(80.417)	(52.154)	(10.084)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		-	-	(3.000)
FATES - Atos Cooperativos		(4.274)	(4.274)	(3.718)
FATES - Atos Não Cooperativos		(5.066)	(5.066)	(830)
Outras Destinações		(500)	(500)	(300)
Imposto de Renda Pago		(127)	(92)	(6)
Contribuição Social Pago		(94)	(68)	(6)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>145.453</b>	<b>338.779</b>	<b>72.535</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>251</b>
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	1.146	288
Distribuição de Sobras da Central Recebidas		-	15	(402)
Aquisição de Intangível		(10)	(131)	(2.040)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.713)	(4.872)	(8.958)
Aquisição de investimentos		-	-	(10.863)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(3.723)</b>	<b>(3.843)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		<b>14.067</b>	<b>28.135</b>	<b>37.759</b>
Devolução de Capital à Cooperados		(7.195)	(12.579)	(10.020)
Estorno de Capital		(4)	(7)	(5)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		(272)	(272)	(15.160)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		52.322	52.322	16.650
Aumento nas reservas por incorporações		-	-	2.926
Reversão/Realização de Fundos		4.938	4.938	4.653
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>63.855</b>	<b>72.536</b>	<b>36.803</b>
<b>MODIFICAÇÕES LÍQUIDAS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>205.585</b>	<b>407.472</b>	<b>98.476</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		1.858.480	1.656.592	1.558.116
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		2.064.065	2.064.065	1.656.592
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>205.585</b>	<b>407.472</b>	<b>98.476</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares			BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares				
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		<b>5.475.312</b>	<b>4.386.029</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.475.312</b>	<b>4.386.029</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	4	<b>7.417</b>	<b>7.844</b>	<b>DEPÓSITOS</b>	14	<b>3.464.334</b>	<b>3.301.336</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>5.555.275</b>	<b>4.358.035</b>	Depósitos à Vista		653.870	724.470
Aplicações Interfinanceiras		-	-	Depósitos Sob Aviso		30.370	29.101
de Liquidez	5	210.011	642	Depósitos e Pro		2.780.094	2.547.765
Títulos e Valores Mobiliários		85.225	325.074	<b>FINANCIAMENTOS</b>		<b>1.160.240</b>	<b>401.334</b>
Relações Interfinanceiras	4	2.056.647	1.648.748	Recursos de Aceite e Emissão		-	-
Centralização Financeira		2.056.647	1.648.748	de Títulos	15	845.400	292.009
Operações de Crédito	7	3.156.590	2.352.064	Relações Interfinanceiras	16	305.127	103.008
Outros Ativos Financeiros	8	46.442	31.507	Repasses Interfinanceiros		305.127	103.008
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS</b>		<b>(109.547)</b>	<b>(63.666)</b>	Outros Passivos Financeiros	17	9.713	6.318
<b>AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(109.547)</b>	<b>(63.666)</b>	<b>PROVISÕES</b>		<b>19</b>	<b>21.835</b>
(-) Obrigações de Crédito	7.a	(104.710)	(62.500)	<b>OBRAÇÕES FISCAIS</b>		<b>20</b>	<b>6.988</b>
(-) Outras	8.1	(4.837)	(1.076)	<b>CORRENTES E DIFERIDAS</b>		<b>20</b>	<b>6.988</b>
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>		<b>9</b>	<b>3.419</b>	<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>21</b>	<b>53.257</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>		<b>10</b>	<b>5.088</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>22</b>	<b>768.658</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>11</b>	<b>33.619</b>	CAPITAL SOCIAL	22.a	530.487	411.537
<b>UTILIZADO DE USO</b>		<b>13</b>	<b>31.132</b>	RESERVAS DE SOBRAS		84.173	68.625
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>13</b>	<b>5.247</b>	SOBRAS OU PERDAS		-	-
<b>(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>12 e 13</b>	<b>(25.204)</b>	ACUMULADAS		153.997	135.252
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.475.312</b>	<b>4.386.029</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.475.312</b>	<b>4.386.029</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		345.538	(1.244)	51.264	-	115.718	511.276
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>		-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Ao FATES		-	-	-	-	(300)	(300)
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	7.000	67.400	(74.400)	-
Constituição de Reservas		-	-	-	-	(38.018)	(15.160)
Distribuição de sobras para associados		22.858	-	2.926	-	-	2.926
<b>Constituição de reservas por incorporações</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>		<b>38.157</b>	<b>(398)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		

SCOOB CREDICOM
Bons resultados o tempo todo.

SCOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DO BRASIL LTDA.

CNPJ: 42.898.825/0001-15

de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial. Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022, em consonância à reforma trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Coob estabelecendo a nova estrutura dos Grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios
A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionados de acordo com os montantes do ingresso bruto de cada cooperativo e da receita bruta de não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis
Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas relacionadas a provisão para centralização de liquidação, a vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Constitui o conjunto das aplicações, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Representam operações a prazo referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável, e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação em função da Resolução CMN nº 4.817/2022.

f) Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira
Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito
As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito com encargos são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito
Constitui o montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2020 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "I" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco e até quando não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia
Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos
Representam substancialmente por quotas do SCOOB CENTRAL CECREMEGE e ações do BANCO SCOOB, avaliadas pelo método de custo.

k) Imobilizado de Uso
Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, de acordo com a Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses
As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidas dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido "pro rata temporis", assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos
Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Passivos
Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões
São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita cujo resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes
São reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

7. Operações de Crédito
a) Composição da carteira de crédito por modalidade:
Descrição

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Total, Circulante, Não Circulante, Total. Rows include: Empréstimos e Títulos Descontados, Financiamentos, Financiamentos Rurais, Total de Operações de Crédito, (-) Provisões para Operações de Crédito, Total.

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Table with columns: Nível / Percentual de Risco / Situação, Empréstimo / TD, Financiamentos, Total em Provisões. Rows include: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, I, 100%.

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Table with columns: Descrição, Empréstimos/TD, Financiamento, Financiamento Rurais, Total em Provisões. Rows include: Setor Privado - Comércio, Setor Privado - Indústria, Setor Privado - Serviços, Pessoa Física, Outros, Total.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:
Descrição

Table with columns: Saldo Inicial, Constituições/ Reversões no período, Transferências para prejuízo no período, Saldo Final, (-) Concentração dos principais devedores: Descrição.

t) Obrigações Legais
São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por direito.

u) Tributos
Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ (no exercício de 2022 a alíquota de CSLL no período de agosto a dezembro foi de 16%, conforme Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022). Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os débitos ajustos e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo considerado a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante
No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos - Impairment
A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo - exceto outros valores e bens - for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas
São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que elaborou as demonstrações financeiras, conforme CPC 05 (R1).

y) Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).
Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

z) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes
Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

aa) Instrumentos Financeiros
O SCOOB CREDICOM opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

ab) Eventos Subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e
• Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Acima de qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Constitui o conjunto dos recursos de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, está constituídos por:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Caixa e depósitos bancários, Relações interfinanceiras - (a), Total.

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SCOOB CENTRAL CECREMEGE como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Table with columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Rendimentos da Centralização Financeira, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Ligadas (a), Total.

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicob com remuneração entre 100,00% e 101,00% do CDI. Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Table with columns: Tipo, Até 90, De 90 a 360, Acima de 360, Total. Rows include: CDI-POS-CDICE - BANCOOP, Total.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Table with columns: Descrição, 2º sem/22, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Renda de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Total.

6. Títulos e Valores Mobiliários
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Participação Em Cooperativa Central De Crédito, Participação Em Instituição Financeira Controlada, Participação Em Cooperativa, Exceto Cooperativa, Exceto Cooperativa, Exceto De Crédito, Outras Participações.

7. PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS DE COOPERATIVAS (a)
(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial - MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Títulos de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investimento, Títulos dados em Garantia - Outros, Total de TÍTULOS MOBILIÁRIOS, Total.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:
Descrição

Table with columns: Saldo Inicial, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Implantação de saldo por incorporação, Valor das operações recuperadas no período, Valor das operações transferidas no período, Saldo Final.

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. Outros Ativos Financeiros
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Créditos por Avais e Fianças Honoradas (a), Rendas a Receber (b), Títulos e Créditos a Receber (c), Devedores por Depósitos em Garantia (d), Total.

(a) O saldo de Avais e Fianças Honoradas é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: rendas a receber de serviços prestados aos cooperados pelo recebimento de Convênios diversos no valor de R\$ 2.213 mil; o rendimento mensal sobre o saldo médio mantido na Centralização Financeira do SCOOB CENTRAL CECREMEGE em Dez/2022 no valor R\$ 22.584 mil e Outras Rendas a receber no valor de R\$ 119 mil.

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas fixas de R\$ 782 mil;

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais no valor de R\$ 14.779 mil estão registrados os depósitos judiciais para PIS/COFINS/IRPJ/CSLL/ Trabalhista e processos fiscais na Receita Federal.

Os Depósitos Judiciais relativos aos processos trabalhistas montam o valor de R\$ 27 mil. Os depósitos de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Fiscais montam

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Table with columns: Descrição, Total em 31/12/2022, Provisões 31/12/2022, Total em 31/12/2021, Provisões 31/12/2021. Rows include: Avais e Fianças Honoradas, Total Vencidos, Total Geral, Provisões de Despesa, Total Liquido.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Impostos e Contribuições a Retenhar, Total.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: registrado IRPJ sobre Ato Não Cooperativos a compensar no valor de R\$ 2.220 mil e CSLL sobre Ato Não Cooperativos a compensar no valor de R\$ 1.108 mil.

10. Outros Ativos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Adiantamentos e Antecipações Salariais, Pagamentos de Nossa Conta, Adiantamentos por Conta de Imobilizações, Devedores Diversos, País (a), Material em Estoque, Ativos não Financ, Mantidos para Venda - Recebíveis (b), (c) Prov. Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c), Despesas Antecipadas (d), Total.

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 82 mil); Pendências a Regularizar - Banco Sicob (R\$ 357 mil); e outros (R\$ 373 mil);

(b) Em Ativos Mantidos para Venda - Recebíveis estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebíveis";

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Investimentos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Participação em Cooperativa Central De Crédito, Por Coop. Inst. Financ. Controlada, Por Coop. Inst. Financ. Exceto Coop., Outras Participações, Total.

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

12. Imobilizado de Uso
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Imobilizado em Curso (a), Terrenos, Edificações, Instalações, Móveis e equipamentos de Uso, Sistema de Processamento de Dados, Sistema de Segurança, Beneficiários em Imóveis de Terceiros, Total de Imobilizado de Uso, (-) Depreciação Acum. Imóveis em Uso - Edificações, (-) Depreciação Acumulada de Instalações, (-) Depreciação Acum. Móveis em Imóveis de Terceiros, Total de Depreciação de Imobilizado de Uso, Total.

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Sistemas De Processamento De Dados, Sistemas De Comunicação E De Segurança, Licenças E Direitos Autorais E De Uso, Intangível, (-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis, Total de Amortização de ativos Intangíveis, Total.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Depósito à Vista (a), Depósito Sob Avais (b), Depósito a Prazo (c), Total.

(a) Valores cuja disponibilidade é mediada aos associados, ficando o critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade;

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios oriundos de sua contratação em pós ou pré-fixadas. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis", as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo;

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ - com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares - pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado";

c) Concentração dos principais depositantes:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, Total 31/12/2022, % Carteira, 31/12/2021, Total 31/12/2021, % Carteira. Rows include: Descrição, Maior Depositante, 10 Maiores Depositantes, 50 Maiores Depositantes, Total de Amortização de ativos Intangíveis, Total, 14. Depósitos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Despesas de Depósitos de Aviso Prévio, Despesas de Depósitos a Prazo, Despesas de Depósitos de Crédito do Agronegócio, Despesas De Letras De Crédito, Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos, Total, 15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos, Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio - LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculadas (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário - LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Obrigações por Emissão de Letras de Créed, Imobiliário - LCI, Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Total.

o valor de R\$ 12.956 mil, são atualizados mensalmente pela SELIC, em atendimento ao disposto no § do artigo 32º da Lei nº 6.830 de 22.09.1980. Considera-se, também, para a referida atualização, o que prevê na redação dada pela Medida Provisória 449/2008. Em contrapartida a cooperativa possui passivo constituído para suportar o montante acima.

Até a Lei nº 11.051, de 30 de dezembro de 2004, em seu artigo 30, as demonstrações de crédito ficaram sujeitas ao recolhimento do PIS da COFINS sobre os atos cooperativos. Desta forma a Cooperativa, a partir da competência dezembro de 2004, deixou de depositar judicialmente o valor da contribuição do PIS e da COFINS sobre os atos cooperativos, passando a recolher junto à Secretaria da Receita Federal as contribuições para o PIS e a COFINS apenas sobre os atos não cooperativos.

O SCOOB CREDICOM questiona judicialmente a legalidade destas contribuições, anteriores a dezembro de 2004, desta forma a mesma possui passivo constituído de PIS e COFINS, em 31/12/2022, no montante de R\$ 12.864 mil, tendo por garantia depósitos judiciais que totalizam o mesmo valor.

Além disso, questiona judicialmente a legalidade de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 92 mil, oriundo do processo de incorporação do Sebraecoop e que também são atualizados mensalmente pela correção da taxa referencial - Selic.

A cooperativa possui também um processo judicial junto à Receita Federal no valor de R\$ 139 mil oriundo da incorporada Unicred BH. Ressaltamos que a cooperativa possui um passivo constituído no mesmo valor, tanto para o processo do IRPJ/CSLL do Sebraecoop (R\$ 92 mil) quanto para os processos junto à Receita Federal que montam o total de R\$ 231 mil. Em março/2014 a cooperativa passou a recolher o PIS sobre a Folha de salários por meio de Depósito Judicial, com fundamento no art. 2º, § 1º da Lei 9.715/1998. Em 31/12/2022 os valores recolhidos montam R\$ 1.656 mil, possuindo passivo constituído no mesmo valor.

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros
A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Provisões para Avais e Fianças Honoradas, Total.

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses
São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Table with columns: Instituições, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Recursos do Banco Sicob, (-) Despesa a Apropriar Bancoop, Total.

(a) Referem-se aos depósitos em depósitos interfinanceiros com prazo superior a 24 meses.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:
São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Table with columns: Instituições, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Banco Cooperativo Sicob S.A., Banco Sicob, Total.

17. Outros Passivos Financeiros
Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include: Recursos em Trânsito de Terceiros (a), (-) Despesa a Apropriar Bancoop, Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemeelhados (b), Total.

